



RELATÓRIO DE GESTÃO ANO 2023

EQUIPE

SECRETÁRIO DE ESTADO
Marcelo Vaz Meira da Silva

SECRETÁRIA ADJUNTA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO – SEADUH
Janaína Domingos Vieira

CHEFE DE GABINETE
Daniel Rito

SUBSECRETÁRIO DO CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA - SCUB
Ricardo Augusto de Noronha

SUBSECRETÁRIA DE POLÍTICAS E PLANEJAMENTO URBANO - SUPLAN
Juliana Coelho

SUBSECRETÁRIA DA CENTRAL DE APROVAÇÃO DE PROJETOS - CAP
Mariana Alves de Paula

SUBSECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES - SUDEC
Andréa Mendonça de Moura

SUBSECRETÁRIO DE PROJETOS E LICENCIAMENTO DE INFRAESTRUTURA - SUPROJ
Vítor Recondo Freire

SUBSECRETÁRIA DE PARCELAMENTO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - SUPAR
Tereza da Costa Ferreira Lodder

Subsecretário da Subsecretaria de Apoio ao Licenciamento – SUALIC
Samuel Araújo Santos

SUBSECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - SUAG
Adriana Rosa Savite

CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICO-LEGISLATIVO - AJL
Carlos Vitor Paulo

CHEFE DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - ASCOM
Carmem de Lavor

CHEFE DA ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PROJETOS - AGEPRO
Flávia Demartini

CHEFE DA ASSESSORIA TÉCNICA DE ÓRGÃOS COLEGIADOS - ASCOL
Camila Cardoso Gava

CHEFE DA OUVIDORIA
Mauro Ribeiro Barbosa Júnior

CHEFE DA UNIDADE DE TECNOLOGIA - UNTEC
Reinaldo Ferreira Pinto

RESPONSÁVEIS PELO RELATÓRIO

SECRETÁRIO DE ESTADO
Marcelo Vaz Meira da Silva

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - SUAG e ORDENADORA DE DESPESAS
Adriana Rosa Savite

CHEFE DA ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PROJETOS - AGEPRO
Flávia Demartini

ASSESSORA DA ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PROJETOS - AGEPRO
Paloma Batista Carvalho

ASSESSORA DA ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PROJETOS - AGEPRO
Raquel Pessoa de Magalhães Maciel

GESTORA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL
Simone Spíndola Martins

ANALISTA DE PLANEJAMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA
Graco Melo Santos

Mensagem do Secretário

Em 2023 a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação apresentou importantes entregas para o Distrito Federal.

Em especial, o avanço na revisão do PDOT, com ampla participação da comunidade e a aprovação do PPCUB junto ao Conplan.

Outro marco histórico para o DF foi a sanção da Lei de Parcelamento do Solo, que deu origem à criação da Central Integrada de Licenciamento Arquitetônico e Urbanístico do Distrito Federal. Proporcionando aos interessados um único local para esclarecer dúvidas e interagir diretamente com todos os agentes envolvidos nos processos de licenciamento urbanístico e edilício.

Como parte das medidas para impulsionar a oferta de habitação de interesse social, foi estabelecido o Alvará de 15 dias para empreendimentos voltados à população de baixa renda, visando agilizar os processos de construção desses empreendimentos, cujo regulamento se planeja publicar no primeiro trimestre de 2024.

Evidenciam-se os vários projetos de requalificação elaborados, incluindo a requalificação da W3 Norte, da Praça do Relógio em Taguatinga e do Cruzeiro Center, iniciando assim o processo de transformação e proporcionando mais conforto aos moradores e comerciantes das regiões.

Pautado no compromisso com a transparência institucional e com o compromisso de uma gestão pública responsável, a Seduh apresenta este Relatório de Gestão de forma consolidada, com a finalidade de facilitar o acompanhamento e a fiscalização de sua atuação.



SOBRE A SECRETARIA

A história do planejamento urbano no DF começa com a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Novacap, por meio da Lei nº 2.874 de 1956. A finalidade da Novacap era gerenciar e coordenar a construção da nova cidade e dentro da estrutura organizacional da Companhia existia o Departamento de Arquitetura, que se dividia em outros dois departamentos, o de Arquitetura e o de Urbanismo. Com a criação da prefeitura do Distrito Federal em 1960, esses dois departamentos ficam vinculados à ela, e sempre junto à pasta de obras.

Em 20 de julho de 1993, a Lei nº 494 cria o Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - IPDF, vinculado à Secretaria de Obras. Em 1997, por meio da Lei nº 1.797 cria-se a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano - SHDU, com atribuição de planejar, executar e implementar a política habitacional e de desenvolvimento urbano do DF, ficando o IPDF vinculado à SHDU até o ano de 2000.

Em 2007, a Secretaria também assumiu as políticas relacionadas ao meio ambiente, recursos hídricos e resíduos sólidos, sendo chamada de Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SEDUMA. Em 2011, o Decreto nº 32.716 de 2011, instituiu a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDHAB. Em 2015, o Decreto nº 36.236 estabeleceu a organização da estrutura da Administração Pública do Poder Executivo do DF, e transformou a SEDHAB em Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação - SEGETH. Houve também a centralização das aprovações de projetos arquitetônicos por meio da criação da Central de Aprovação de Projetos - CAP.

Em 2017, a SEGETH foi reestruturada e a Subsecretária de Cidades deixou de pertencer à SEGETH e foi transformada em Secretaria de Cidades.

Em 2019, por meio do Decreto nº 39.610, se tornou a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH, a qual se mantém atualmente e tem como competência o ordenamento territorial, uso e ocupação do solo, planejamento, desenvolvimento e intervenção urbana, gestão de Brasília como patrimônio cultural da humanidade, estudos, projetos e criação de áreas habitacionais, planejamento da política habitacional, planejamento da política de regularização fundiária de áreas ocupadas, aprovação de projetos arquitetônicos e urbanísticos, de parcelamento do solo e licenciamento de atividades urbanas.

Em 2022, por meio do Decreto nº 43.773, a Secretaria teve sua estrutura alterada, passando a contar com 2 Secretarias Executivas. A SEDUH busca uma visão de vanguarda baseada na desburocratização, contando com a experiência de um corpo técnico qualificado.

Sua estrutura está organizada em Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Gabinete, Subsecretaria de Desenvolvimento das Cidades, Subsecretaria de Projetos e Licenciamento de Infraestrutura, Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano, Subsecretaria do Conjunto Urbanístico de Brasília, Central de Aprovação de Projetos, Subsecretaria de Parcelamentos e Regularização Fundiária, Subsecretaria de Apoio ao Licenciamento e Subsecretaria de Administração de Geral.

Tem como Missão: promover o ordenamento territorial de forma a garantir uma cidade justa, inclusiva e com qualidade para todos e como Visão: ser o agente de transformação da cidade por meio de políticas territoriais, inovadoras, inclusivas e sustentáveis.

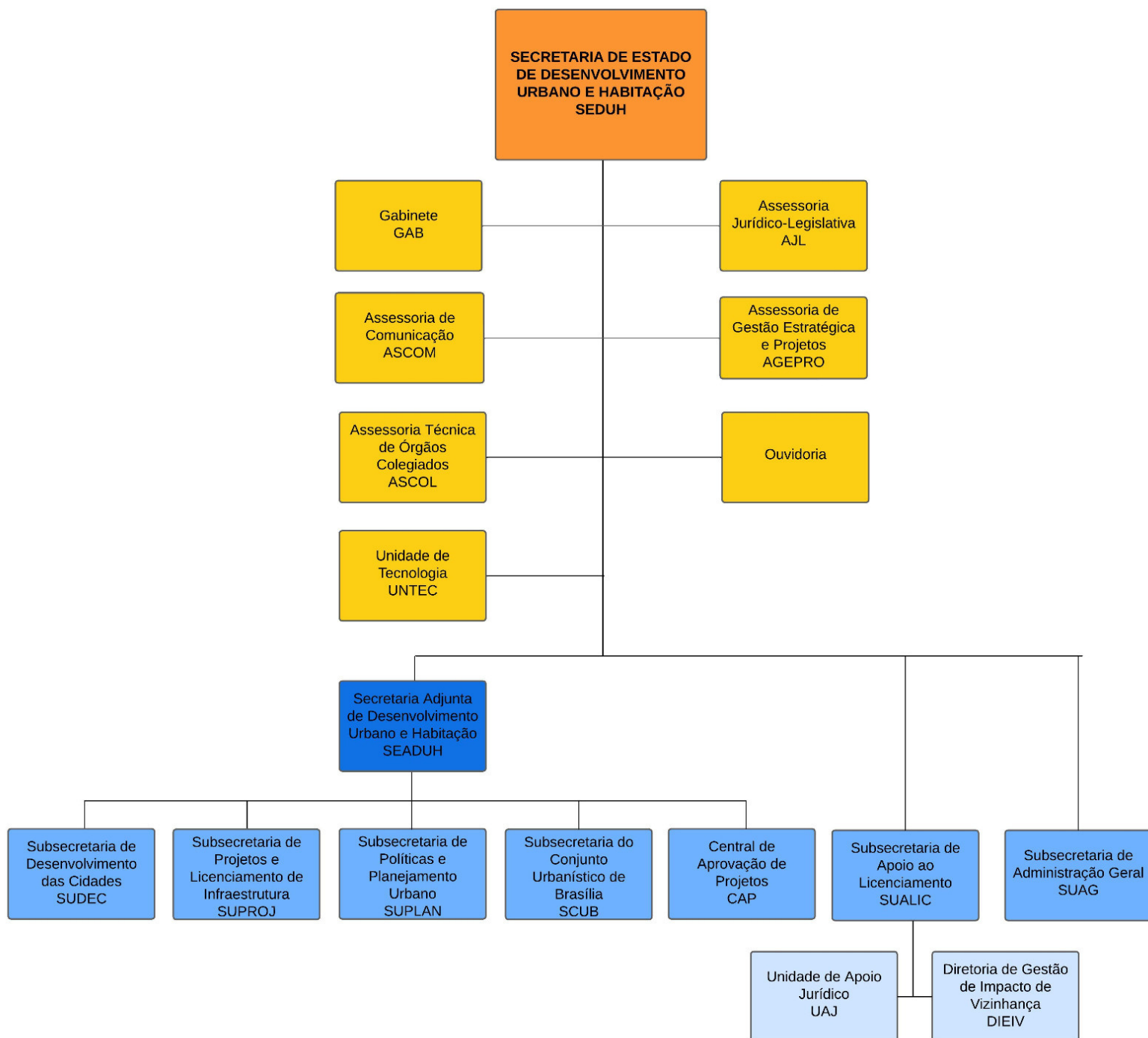
Tem como valores:


1. Comprometimento: Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;
2. Diálogo: Atitude de abertura permanente para construção de novas ideias e práticas;
3. Empatia Institucional: Capacidade de compreender as contingências e práticas institucionais diversas para a convergência e integração nas ações governamentais;
4. Ética: Atitude de abertura permanente da probidade, honestidade, lealdade e dignidade;
5. Inovação: Estímulo à criatividade na busca de novas soluções;
6. Resiliência: Capacidade da instituição e seus servidores de se recompor ou de se adaptar às mudanças;
7. Respeito: Reconhecimento e aceitação das diferenças entre as pessoas;
8. Transparência: Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais.

QUADRO DE SERVIDORES

Servidores Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade- Meio (Com cargo em comissão)	Atividade- Fim (Com cargo em comissão)	Atividade- Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade- Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	38	14	17	32	101
Comissionados sem vínculo efetivo	84	245	0	0	344
Requisitados de órgãos do GDF	11	25	0	4	40
Requisitados de órgãos fora do GDF	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	1	22	23
Menor Aprendiz/Proje to Jovem Candango	0	0	0	0	0
Terceirizados (FUNAP)	0	0	8	0	8
Outros - especificar	0	0	0	0	0
Subtotal	133	299	26	58	516
(-) Cedidos para outros órgãos	24	0	0	0	24
Total Geral	109	299	26	58	492

ESTRUTURA DA SECRETARIA





PLANEJAMENTO URBANO >

Durante o ano de 2023, a Seduh propôs variados normativos para a promoção e execução de planos, programas, projetos e ações relacionados à implementação das políticas de ordenamento territorial, de desenvolvimento urbano, de habitação do DF. Desta forma, segue abaixo a relação das principais ações propostas:

LEIS PUBLICADAS OU ENCAMINHADAS À CLDF:

- Lei Complementar nº 1.021, de 03 de maio de 2023, que autoriza a extensão de usos e atividades para os lotes do Setor Comercial Sul (SCS), na Região Administrativa do Plano Piloto.
- Lei nº 7.323, de 17 de outubro de 2023, que dispõe sobre a concessão de direito real de uso para ocupação de áreas públicas contíguas aos lotes destinados ao uso residencial localizados nas Regiões Administrativas do Lago Sul e do Lago Norte.
- Lei nº 7.324, de 17 de outubro de 2023, que altera a Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018, que institui o Código de Obras e Edificações do Distrito Federal (COE).
- Lei Complementar nº 1.028, de 29 de novembro de 2023 que altera o Anexo Único da Lei Complementar nº 958, de 20 de dezembro de 2019, a qual define os limites físicos das regiões administrativas do Distrito Federal.
- Lei Complementar nº 1.027, de 28 de novembro de 2023, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no Distrito Federal.
- Lei nº 7.374, de 28 de dezembro de 2023, que altera a Lei nº 3.877, de 26 de junho de 2006, que dispõe sobre a política habitacional do Distrito Federal; e a Lei nº 6.466, de 27 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os benefícios fiscais do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos (ITBI) e da Taxa de Limpeza Pública (TLP).
- Projeto de Lei nº 793/2023, que visa alterar a Lei Nº 1.170, de 24 de julho de 1996, que institui o instrumento jurídico da Outorga Onerosa do Direito de Construir no Distrito Federal.
- Projeto de Lei Complementar nº 26/2023, que visa desafetar e afetar área pública próxima à DF 480 e limdeira aos Lotes 01 e 02 e Área Especial nº 03, na Região Administrativa do Gama.

DECRETOS PUBLICADOS:

- Decreto n.º 44.621/2023 - altera o Decreto nº 23.776/2003, que regulamenta a Lei Complementar n.º 294/2000, o qual institui a Outorga Onerosa da Alteração de Uso no Distrito Federal - Onalt.
- Decreto n.º 44.659/2023 - aprova o Plano Distrital de Habitação de Interesse Social (PLANDHIS), que regulamenta os arts. 327 e 328 da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF); o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 3.877/2006, que dispõe sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, e os arts. 49, 50 e 51 da Lei Complementar nº 803/2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT).
- Decreto n.º 44.660/2023 - cria a Central Integrada de Licenciamento Arquitetônico e Urbanístico do Distrito Federal (Cilurb). Decreto n.º 44.873/2023 - altera o Decreto nº 43.609/2022, que regulamenta a Lei Complementar nº 998/2022, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Comércio Local Sul, do Setor de Habitações Coletivas Sul, na Região Administrativa do Plano Piloto.
- Decreto n.º 44.860/2023 - altera o Decreto nº 42.269/2021, que regulamenta a Lei Complementar nº 986/2021 e o Decreto nº 43.056/2022, que regulamenta a Lei nº 6.138/2018.
- Decreto n.º 45.102/2023 - aprova a poligonal para regularização fundiária urbana da Área de Regularização de Interesse Social (Aris) do Núcleo Urbano de São Sebastião, constante da Lei Complementar nº 803/2009..

PRINCIPAIS PORTARIAS PUBLICADAS:

Foram publicadas 114 Portarias, com maior destaque citamos as seguintes:

- Portaria nº 10/2023: regulamenta o Decreto nº 42.269/2021, e estabelece procedimentos aplicáveis aos processos de Regularização Fundiária Urbana (Reurb), no âmbito do órgão gestor do desenvolvimento territorial e urbano do Distrito Federal, e institui modelos de documentos-padrão para instrução processual.
- Portaria n.º 18/2023: designa os membros da Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações do Distrito Federal (CPCOE), referente ao biênio 2023/2024.
- Portaria n.º 54/2023: altera a Portaria nº 10/2023, que regulamenta Decreto nº 42.269/2021, e estabelece procedimentos aplicáveis aos processos de Regularização Fundiária Urbana, no âmbito do órgão gestor do desenvolvimento territorial e urbano do Distrito Federal, e institui modelos de documentos-padrão para instrução processual.
- Portaria n.º 55/2023: estabelece os procedimentos simplificados para a retificação de alvará de construção e emissão de carta de habite-se, para as hipóteses definidas no Decreto nº 44.037/2022, no âmbito da Seduh.
- Portaria n.º 61/2023: estabelece modelo de apresentação do Laudo Técnico para a regularização de infraestruturas de telecomunicações implantadas no Distrito Federal.
- Portaria n.º 71/2023: institui Grupo de Trabalho com a finalidade de realizar estudos para adequação à Lei 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), no âmbito da Seduh.
- Portaria n.º 73/2023: designa os representantes dos órgãos e entidades participantes da Central Integrada de Licenciamento Arquitetônico e Urbanístico do Distrito Federal.
- Portaria n.º 83/2023: regulamenta o Decreto nº 44.860/2023, que altera o Decreto nº 42.269/2021, que regulamenta a Lei Complementar nº 986/2021 e o Decreto nº 43.056/2022, que regulamenta a Lei nº 6.138/2018. Portaria n.º 92/2023: institui o Comitê Intersetorial Urbanístico, no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal.

ATOS NORMATIVOS INICIADOS E QUE ESTÃO EM ELABORAÇÃO:

Inicialmente, destaca-se a elaboração do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), que trata do mais importante instrumento de planejamento urbano, o ponto de partida, que define as diretrizes e regras de ocupação do solo com o objetivo de construir cidades sustentáveis e funcionais propícias ao desenvolvimento econômico, e ancorado nas questões ambientais. De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), o PDOT deve ser revisto de tempos em tempos, em virtude da dinamização do território.

O processo de revisão iniciou dentro do governo com a definição da metodologia dividindo em eixos temáticos, e expandiu-se para a participação social, buscando proposições de melhoria do desenvolvimento do território. Em 2023, houve grande avanço com a etapa do diagnóstico, sendo aberto para discussão em diversos segmentos sociais, atingindo amplamente a sociedade por meio de oficinas e reuniões. Foram realizadas 55 oficinas participativas junto à população do DF, sendo 36 por Região Administrativa e 19 por temáticas afins ao Plano Diretor; 9 Reuniões Ordinárias e 4 Reuniões Extraordinárias do Comitê de Gestão Participativa (CGP); reuniões com gestores e técnicos de todas as Regiões Administrativas para organização das Oficinas Participativas do PDOT e desenvolvimento do Portal do PDOT com informações online atualizadas diariamente visando a transparência das informações a todos.

Outro importante instrumento trabalhado no ano foi o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), que consiste no instrumento regulatório que reúne todo o regramento das áreas do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), que abrange a área tombada nas instâncias distrital e federal e inscrita como Patrimônio da Humanidade pela Unesco. Ele estabelece planos, programas e projetos específicos para desenvolver, qualificar, modernizar e atingir a complementação desejável e sustentável desse conjunto urbano de importância ímpar para toda a humanidade.

No ano de 2023, foi realizada a última audiência pública dando ampla participação aos segmentos interessados, população e órgãos de controle, a audiência teve a presença dos principais órgãos envolvidos. A minuta do Projeto de Lei finalizado em 2023 e o envio do PL à Casa Civil ocorreu no início do ano de 2024.

Abaixo outros atos normativos que estão em andamento:

- Minuta de Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre loteamentos fechados, loteamentos de acesso controlado, condomínios de lotes e as respectivas formas de conversão, no Distrito Federal.
- Minuta de Projeto de Lei Complementar que visa alterar a Lei Complementar nº 294/2000, que institui a outorga onerosa da alteração de uso no Distrito Federal; e alterar a Lei nº 6.466/2019, que dispõe sobre os benefícios fiscais do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos (ITBI) e da Taxa de Limpeza Pública (TLP).
- Norma que dispõe sobre o parcelamento do lote registrado em cartório SRIA II, QE 25, AE 1, Centro Administrativo Vivencial e Esporte - CAVE, localizado na Região Administrativa do Guarã e caracterizado como Unidade Especial - UE 13, na Lei Complementar nº 948/2019, que aprova a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal - LUOS nos termos dos arts. 316 e 318 da LODF.
- Minuta do Decreto regulamentador do PPCUB.
- Minuta de Decreto regulamentador da Lei de Parcelamento.
- Minuta de Decreto regulamentador da Lei dos Puxadinhos.
- Minuta de Decreto regulamentador do alvará em 15 dias para projetos de habitação de interesse social.
- Minuta de Decreto regulamentador da lei que dispõe sobre a concessão de áreas públicas contínuas às unidades imobiliárias residenciais familiares do Lago Sul e Norte.
- Revisão do Decreto nº 41.654/2020, que regulamenta os artigos 81 e 82 do PDOT-DF no que concerne ao desenvolvimento de atividades primárias, secundárias e terciárias em Macrozona Rural.
- Revisão do Decreto de regulamentação da Lei Complementar nº 883/2014, que dispõe sobre o uso e ocupação do solo no Setor Comercial Local Norte (SCLN), no Setor Comercial Local Residencial Norte (SCLRN) e no Setor Comercial Residencial Norte (SCRN), na Região Administrativa do Plano Piloto.

REALIZAÇÕES DE OFICINAS DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Foram realizadas **36 oficinas participativas** por Região Administrativa, 19 oficinas participativas por Segmentos/Temas e 1 Reunião Pública para a construção da Leitura Comunitária do processo de revisão, para o levantamento de conflitos, potencialidade e caminhos possíveis junto à população, visando o processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT/DF):



OFICINA PARTICIPATIVAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA:

- 1ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Vicente Pires. Data: 27/05/2023.
- 2ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Paranoá. Data: 03/06/2023.
- 3ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Cruzeiro. Data: 06/06/2023.
- 4ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Lago Norte. Data: 14/06/2023.
- 5ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Brazlândia. Data: 17/06/2023.
- 6ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Gama. Data: 24/06/2023.
- 7ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Núcleo Bandeirante. Data: 04/07/2023.
- 8ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Ceilândia. Data: 08/07/2023.
- 9ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Santa Maria. Data: 22/07/2023.
- 10ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Sobradinho. Data: 25/07/2023.
- 11ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Arniqueira. Data: 02/08/2023.
- 12ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Recanto das Emas. Data: 05/08/2023.
- 13ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Águas Claras. Data: 10/08/2023.
- 14ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Fercal. Data: 12/08/2023.
- 15ª Oficina Participativa por Região Administrativa: SCIA/Estrutural. Data: 19/08/2023.
- 16ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Lago Sul. Data: 24/08/2023.
- 17ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Samambaia. Data: 26/08/2023.
- 18ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Taguatinga. Data: 02/09/2023.
- 19ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Sudoeste/Octogonal. Data: 05/09/2023.
- 20ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Itapoã. Data: 16/09/2023.
- 21ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Riacho Fundo. Data: 23/09/2023.
- 22ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Sol Nascente/Pôr do Sol. Data: 30/09/2023.
- 23ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Sobradinho II. Data: 07/10/2023.
- 24ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Riacho Fundo II. Data: 10/10/2023.
- 25ª Oficina Participativa por Região Administrativa: SIA. Data: 18/10/2023.
- 26ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Planaltina. Data: 21/10/2023.
- 27ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Candangolândia. Data: 31/10/2023.
- 28ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Varjão. Data: 14/11/2023.
- 29ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Ceilândia. Data: 18/11/2023.
- 30ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Guarã. Data: 23/11/2023.

- 31ª Oficina Participativa por Região Administrativa: São Sebastião. Data: 25/11/2023.
- 32ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Arapoanga. Data: 02/12/2023.
- 33ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Jardim Botânico. Data: 05/12/2023.
- 34ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Park Way. Data: 09/12/2023.
- 35ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Água Quente. Data: 12/12/2023.
- 36ª Oficina Participativa por Região Administrativa: Plano Piloto. Data: 16/12/2023.



OFICINA PARTICIPATIVAS POR SEGMENTOS/TEMAS:

- 1ª Oficina Participativa por Segmento/Tema: Direito à Cidade, Moradia e Habitação. Data: 30/05/2023.
- 2ª Oficina Participativa por Segmento/Tema: Construção Civil, Setor Imobiliário, Indústria e Comércio. Data: 22/06/2023.
- 3ª Oficina Participativa por Segmento/Tema: População LGBTQIAPN+. Data: 27/06/2023.
- 4ª Oficina Participativa por Segmento/Tema: Comunidades Tradicionais, Quilombolas, Ciganas e Indígenas. Data: 13/07/2023.
- 5ª Oficina Participativa por Segmento/Tema: Mulheres e Igualdade de Gênero. Data: 19/07/2023.
- 6ª Oficina Participativa por Segmento/Tema: Região Metropolitana. Data: 27/07/2023.
- 7ª Oficina Participativa por Segmento/Tema: Transporte e Mobilidade Urbana. Data: 15/08/2023.
- 8ª Oficina Participativa por Segmento/Tema: Pessoas com Deficiência. Data: 17/08/2023.
- 9ª Oficina Participativa por Segmento/Tema: Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Democratização do Acesso à Terra. Data: 29/08/2023.
- 10ª Oficina Participativa por Segmento/Tema: Migrantes, Imigrantes, Apátridas e Refugiados. Data: 12/09/2023.
- 11ª Oficina Participativa por Segmento/Tema: Cultura. Data: 21/09/2023.
- 12ª Oficina Participativa por Segmento/Tema: Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas Produtoras de Águas. Data: 28/09/2023.
- 13ª Oficina Participativa por Segmento/Tema: População em situação de rua. Data: 05/10/2023.
- 14ª Oficina Participativa por Segmento/Tema: Regularização Fundiária Urbana. Data: 24/10/2023.
- 15ª Oficina Participativa por Segmento/Tema: Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS). Data: 26/09/2023.
- 16ª Oficina Participativa por Segmento/Tema: Igualdade Racial. Data: 28/11/2023.
- 17ª Oficina Participativa por Segmento/Tema: Infância, Juventude e Idosos. Data: 07/11/2023.
- 18ª Oficina Participativa por Segmento/Tema: Regularização Fundiária Rural. Data: 07/12/2023.
- 19ª Oficina Participativa por Segmento/Tema: Produtores Rurais. Data: 14/12/2023.

REUNIÃO PÚBLICA

- 1ª Reunião Pública por Tema: Cooperativas habitacionais. Data: 30/10/2023.

ESTUDOS E GRUPOS DE TRABALHO COORDENADOS PELA SEDUH

Muitos estudos são realizados visando constantemente o desenvolvimento territorial. Dentre os realizados em 2023 destacamos os mais relevantes:

- Elaboração dos Planos de Intervenção Urbana das Regiões Administrativas do DF. Trabalho conjunto da Seduh com as Administrações Regionais e a população. No ano foram realizados trabalhos em Santa Maria, Planaltina, Taguatinga, Guará, SIA e Lago Sul.
- Elaboradas diretrizes para as áreas públicas das Unidades de Vizinhança (UV), constituídas por cada quatro superquadras e respectivas entre quadras do Plano Piloto.
- Elaboração de diretrizes para desenvolvimento do projeto de paisagismo do Parque Urbano da Vila Planalto localizado parcialmente na Área de Tutela da Vila SPVP.
- Elaboração de diretrizes para criação e ordenamento de estacionamentos no Setor de Grandes Áreas Norte (SGAN).
- Estudo das Áreas de Estacionamento/Sistema Viário para a Região Administrativa de Sobradinho.
- Estudos Urbanísticos de Áreas Públicas para provimento habitacional para as Regiões Administrativas: Arnieiras, Lago Norte (Taquari), Núcleo Bandeirante, Samambaia e São Sebastião.
- Análise e emissão de diretrizes relativas ao Projeto de Urbanismo elaborados pela Terracap para readequação dos limites da poligonal e desmembramento, em três áreas – Centro Esportivo; Autódromo Internacional e Subestação de Energia Elétrica, da área única constituinte do Setor de Recreação Pública Norte (SPN).
- Elaboração da Nota Técnica quanto ao Sistema de Áreas Verdes e Espaços Livres do Distrito Federal SAVEL- DF.
- Comitê de Regularização de Templos e Entidades de Assistência Social (CRTE).
- Grupo Técnico Executivo (GTE) do Acordo de Cooperação Técnica IPHAN-D F/SEDUH/SECEC/DF-LEGAL-ACT nº1/2020 visando a gestão compartilhada do Conjunto Urbanístico de Brasília.
- Comissão Permanente de Análise de Estudo de Impacto de Vizinhança (CPA/EIV).
- Conselho de Administração do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (CAF/Fundurb).

SISTEMAS DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS E URBANAS DO DISTRITO FEDERAL:

Dentre os portais coordenados pela Seduh, temos:

- GEOPORTAL - Quantidade de acessos em 2023: 694.599.
<https://www.geoportal.seduh.df.gov.br/geoportal/>.
- Observatório Territorial - Quantidade de acessos em 2023: 3.906.
<http://www.observatorioterritorial.seduh.df.gov.br/no.site>.
- PDOT - Quantidade de acessos em 2023: 680.
<http://www.pdot.seduh.df.gov.br/>.
- PLANDHIS - Quantidade de acessos em 2023: 12.366.
<http://www.projetos.seduh.df.gov.br/plandhis>.
- PORTAL DA REGULARIZAÇÃO - Quantidade de acessos em 2023: 3.868.
<http://www.portaldaregularizacao.seduh.df.gov.br/>.
- Sisduc: : Quantidade de acessos em 2023: 22.917.
<https://www.sisduc.seduh.df.gov.br/v1/>

GEOPORTAL:

É o portalweb destinado à visualização, análise e compartilhamento de dados espaciais referentes às camadas constantes nos bancos de dados do Sistema de Informação Territorial e Urbana do Distrito Federal (SITURB), do Cadastro Territorial Multifinalitário do Distrito Federal (CTM), e da Infraestrutura de Dados Espacial do Distrito Federal (IDE/DF), sendo composto ainda pelo Sistema de Documentação Urbanística e Cartográfica do Distrito Federal (SISDUC), e por diversas aplicações complementares que facilitam o acesso do cidadão a emissão de documentos, a saber, Cota de Soleira, Certidão de Parâmetros Urbanísticos, Certidão de Imóvel, Certidão TRCN e Certidão de Consulta Preliminar Cindacta.

No exercício de 2023, foram disponibilizados:

- ✓ 137 novos projetos no SISDUC;
- ✓ 6.522 emissões de cota de soleira;
- ✓ 2.361 Certidões de parâmetros urbanísticos;
- ✓ 1.144 Certidões TRCN; 618 Certidões de Consulta de imóvel (área construída) e
- ✓ 33 Certidões de Consulta Preliminar CINDACTA .

Quanto às Certidões de Parâmetros Urbanísticos, os dados foram registrados a partir de 30/08/2023, não havendo registro anterior a esta data. No exercício de 2023, houve manutenção e alimentação de camadas de monitoramento territorial, habilitadas na Plataforma Geoportal:

- 1) Camada "Requerimentos Para Revisão do PDOT" em "PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL - PDOT": camada atualizada continuamente por meio de marcação de pontos, conforme requerimentos recebidos e
- 2) Camada "Viabilidade de Localização": Camada atualizada continuamente, conforme demandas recebidas.

HABITE-SE:

O Habite-se é um documento fornecido pelo governo informando que o imóvel está de acordo com as normas e leis previstas pelo Estado, conforme o projeto inicial e em condições adequadas à habitação. Em 2023 foram emitidos 1.597 Carta de Habite-se. O quantitativo realizados nas áreas urbanas do DF abrangeu uma área aproximada de 2.750.938,60 m². Já a Carta de Habite-se de Regularização foram emitidos 535 e o quantitativo realizados nas áreas urbanas do DF abrangeu uma área aproximada de 70.066,35 m².

Com um somatório total de 2.132 carta de habite-se e uma área de 2.921.004,95 m².

PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE TRABALHO, CONSELHOS, COMISSÕES E COMITÊS:

- Grupo Executivo para elaborar análises sobre projetos e localizações dos contêineres semienterrados, dos Locais de Entrega Voluntária (LEV) e das lixeiras/papeleiras que serão instalados no Distrito Federal pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal.
- Comitê Gestor do Plano de Uso e Ocupação do Parque da Cidade - PUOC Pq da Cidade.
- Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal (Condepac).
- Conselho Gestor Consultivo do Parque Burle Marx, localizado no Setor de Habitações Coletivas Noroeste.
- Comitê de Bacia Hidrográfica dos afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal (CBH/Paranaíba) - gestão 2023-2026. Grupo Institucional do Poder Público (GIPP).
- Grupo de Trabalho para elaboração do Plano Diretor de Arborização (PDAU).
- Conselho Consultivo da Pesquisa Distrital de Amostra por Domicílios (PDAD/DF).
- Conselho Consultivo da Pesquisa Metropolitana por Amostra por Domicílios (PMAD/DF).
- Grupo de Trabalho para estudo da criação das Unidades de Conservação localizadas na Serrinha do Paranoá.
- Grupo de Trabalho para promover ações para a regularização fundiária, mapeamento e cadastramento das ocupações localizadas na Serrinha do Paranoá.
- Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS). Grupo de Trabalho para analisar os Planos de Utilização, referentes ao PDOT (GTPDOT).
- Grupo Executivo para implementação da Política de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (PAAUP).
- Subcomitê Gestor da Transformação Digital (SGTD).
- Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para Inclusão Social da População em Situação de Rua do Distrito Federal (CIAMP/RUA).
- Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal (CRH/DF).
- Comitê de Gestão e Monitoramento de Áreas de Proteção de Manancial do Distrito Federal (APM) - gestão compartilhada com a Seduh.
- Comitê Local do Projeto CLP CITINOVA, referente ao Projeto CITInova - Cidades Sustentáveis. Comitê Distrital da Reserva da Biosfera do Cerrado (CDBR).
- Comissão Distrital do Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal (CDZEE/DF). Coordenação Geral Técnica do Zoneamento Ecológico Econômico do Distrito Federal (ZEE-DF).
- Grupo de Trabalho para atualização e adequação da base hidrográfica do Distrito Federal.
- Grupo de Trabalho para continuidade dos estudos e ações relativos ao monitoramento, avaliação e divulgação de dados de qualidade da água (Subgrupo do CRH/DF).
- Grupo de trabalho para continuidade aos estudos e ações de integração de dados relacionados aos recursos hídricos, gerados pela CAESB e SIRH/SISDIA/DF, e SIRH/DF e SISDIA/DF (Subgrupo do CRH/DF).
- Fórum Distrital Permanente das Mulheres do Campo e Cerrado de 2022. Comitê de Articulação e Monitoramento do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (PDPM).
- Conselho de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal (Condetur/DF).
- Comitê de Mobilidade Urbana. Acompanhamento e atendimento das demandas referentes a processos relacionados à elaboração e execução do plano de intervenção para o encerramento da operação da atual Unidade de Recebimento de Entulhos (URE).
- Conselho Nacional das Cidades. Cooperação técnica com o acompanhamento e participação na análise dos produtos referente ao Projeto "Assessoria Técnica para o Habitar de Origem Social - Projeto ATHOS". Atua na linha de ação Qualificação Urbana, com abordagem sobre os impactos do urbanismo na saúde e no ambiente natural, perpassando a habitação de interesse social, o saneamento básico e a paisagem, tendo como objeto de análise as áreas do Programa de habitação do GDF em São Sebastião.
- Comissão de Gerenciamento de Ruído Aeronáutico - CGRA do Aeroporto Internacional de Brasília Presidente Juscelino Kubitschek.
- Grupo de Trabalho do Conselho do Meio Ambiente Distrito Federal (Conan).
- Comitê Gestor do Programa Energia Legal. Grupo de Trabalho Pedra dos Amigos. Grupo Executivo para regulamentação complementar específica sobre a regularização geral das designadas glebas com característica rural inseridas em zona urbana.
- Grupo Executivo a ser instituído por intermédio de Portaria Conjunta entre Terracap, Seduh, Sedese Sefam, objetivando tratar da atualização do Decreto Distrital nº 35.738/2014, que regulamenta a Lei Complementar nº 806/2009.

PARTICIPAÇÃO POPULAR:

No ano de 2023 houve tanto o atendimento ao público e audiências públicas de forma virtual como presencial.

Um grande marco deste ano foi a ampla discussão dos temas tratados, com a participação social por meio de reuniões, audiências, bem como reuniões técnicas dos conselhos e fundos, conforme demonstra o quadro abaixo:

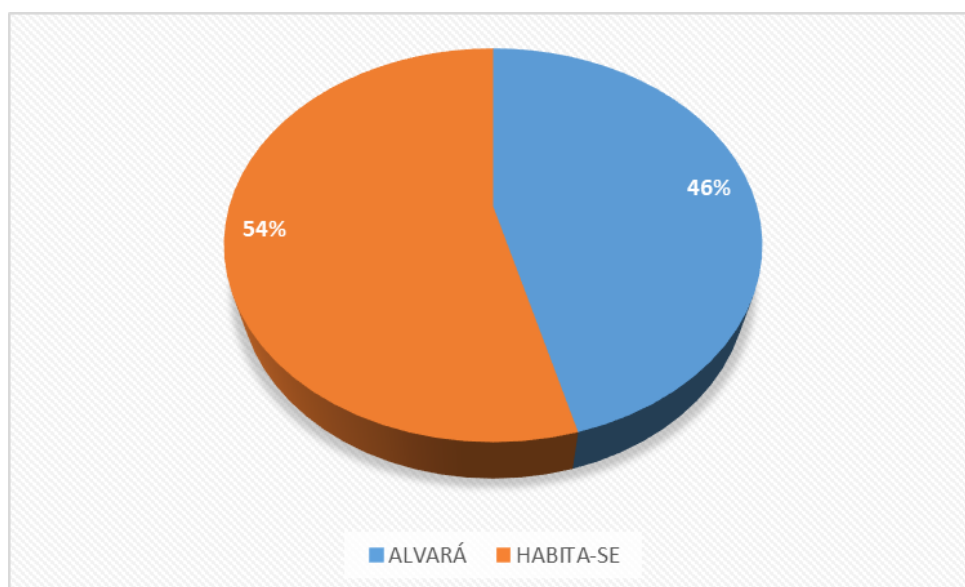
DESCRIÇÃO	REUNIÕES REALIZADAS	QUANTIDADE PARTICIPANTES
Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do DF - CONPLAN	14	777
Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Edificações do DF - CPCOE	5	99
Fundo de Desenvolvimento Urbano do DF - FUNDURB	2	45
Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social - FUNDHIS	0	0
Comissão Permanente de Análise de Estudo de Impacto de Vizinhança - CPA-EIV	7	221
CT- CUB	3	69
Audiência Pública	5	489
Reuniões Técnicas	4	215
Reuniões Públicas	2	19
Oficina do Plano de ordenamento Territorial do DF - PDOT com as Administrações Regionais e Segmentos	55	7016
Comitê de Gestão Participativa - CGP	13	351
TOTAL	110	9301

PROJETO DE ARQUITETURA CONCLUÍDO:

No ano de 2023 o atendimento da Central de Aprovação de Projetos - CAP, que é responsável por analisar e habilitar projetos de arquitetura, bem como emitir Habite-se, Alvarás de Construção e Contratos de Concessão de Direito Real de Uso e Aditivos relacionados ao uso e ocupação de área pública.

MÊS	APROVAÇÃO	VISTO	ATESTADO DE HABILITAÇÃO	ATESTADO DE VIABILIDADE LEGAL	ATESTAD DE REGULARIZAÇÃO	DEMONSTRATIVO - TAR	TOTAL MENSAL
JAN	5	0	46	29	32	0	112
FEV	7	0	39	28	12	0	86
MAR	10	0	34	33	10	0	87
ABR	8	0	28	13	12	1	62
MAI	5	0	43	26	34	0	108
JUN	4	0	48	41	21	0	114
JUL	5	0	49	27	16	0	97
AGO	6	0	48	37	22	0	113
SET	4	0	46	26	0	0	76
OUT	3	0	41	30	17	0	91
NOV	5	0	33	24	14	0	76
DEZ	3	0	39	24	16	0	82
TOTAL	65	0	494	338	206	1	1104

LICENCIAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS - PRODUTOS CONCLUÍDOS EM CONFORMIDADE:

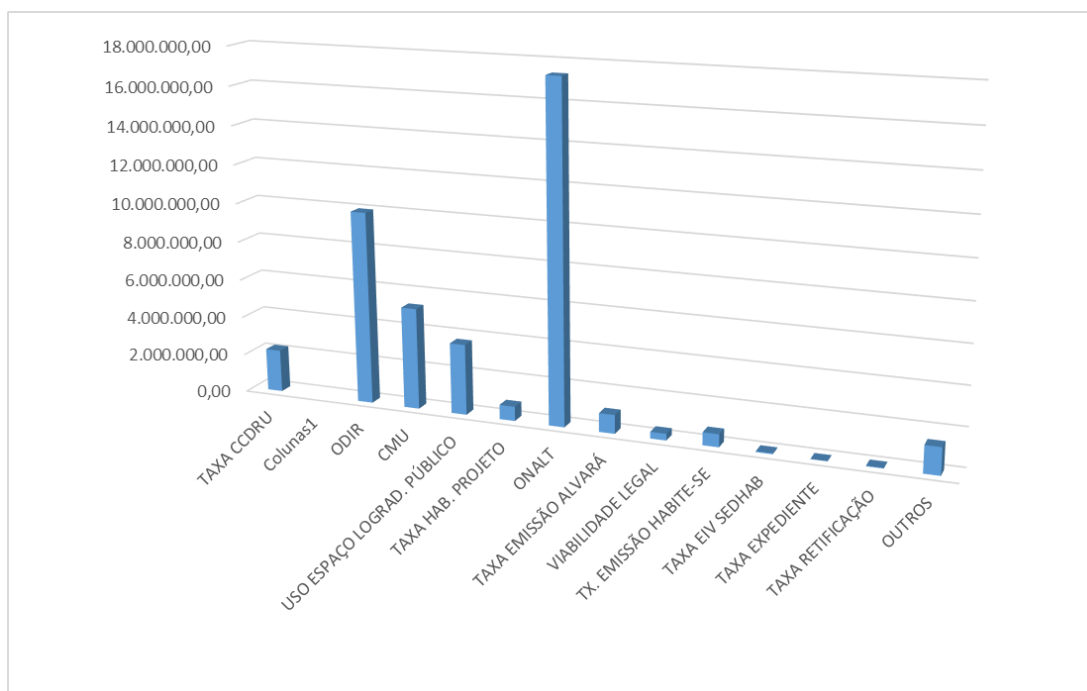


MÊS	ALVARÁ	ALVARÁ DEMAIS USOS	HABITA-SE	HABITA-SE REGULARIZAÇÃO	LICENÇA ESPECÍFICA+ ATESTADO REGULARIZAÇÃO + ATESTADO DE CONCLUSÃO	METRAGEM TOTAL
JAN	119	26	107	56	84	728.648,82
FEV	126	30	100	51	74	474.329,11
MAR	160	34	111	138	121	646.008,25
ABR	105	33	77	41	79	592.064,19
MAI	130	37	119	63	97	774.215,36
JUN	126	40	121	59	94	610.206,77
JUL	126	40	121	59	94	659.872,87
AGO	101	35	178	45	83	944.609,26
SET	94	30	153	0	67	842.054,20
OUT	105	51	175	0	97	937.885,83
NOV	41	74	151	0	75	96.121,46
DEZ	120	56	188	0	54	1.301.898,11
TOTAL	1353	486	1601	512	1019	8.607.914,23

LICENCIAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS - ARRECADADAÇÃO:

MÊS	TAXA CCDRU	ODIR	CMU	USO ESPAÇO LOGRAD. PÚBLICO	TAXA HAB. PROJETO	ONALT	TAXA EMISSÃO ALVARÁ
JAN	1.189.387,84	26.828,77	204.976,89	252.070,35	40.874,05	1.181.753,82	71.765,97
FEV	103.950,05	0,00	223.680,86	280.728,93	62.166,85	1.015.682,34	33.238,71
MAR	64.767,61	1.450.065,71	296.115,21	255.163,72	84.870,00	1.501.995,47	110.217,77
ABR	55.356,70	466.795,28	244.645,28	272.554,32	31.432,11	850.866,61	48.021,56
MAI	301.661,52	389.550,74	932.314,04	304.206,12	69.632,64	1.505.191,42	117.561,31
JUN	229.567,76	277.131,23	379.607,61	218.300,63	59.703	1.824.473,82	64.379,63
JUL	231170,24	2.961.891,60	337.987,98	449.081,19	75.784,35	1.403.271,42	102.542,42
AGO	9.957,07	196.880,67	317.903,10	297.918,73	54.272,05	1.041.662,48	110.429,68
SET	0,00	277.315,48	1.206.705,03	285.555,26	83.994,61	4.691.515,25	78.975,84
OUT	17,38	1.712.578,47	375.028,34	262.922,56	59.082,01	841.780,05	86.712,55
NOV	1.188,40	581.958,90	322.723,79	423.622,67	81.064,32	832.547,47	91.428,33
DEZ	9.311,05	1.610.784,41	398.897,73	359.020,43	41.772,75	660.266,61	54.741,29
TOTAL	2.196.335,62	9.951.781,26	5.240.585,86	3.661.144,91	744.648,73	17.351.006,76	970.015,06

MÊS	VIABILIDADE LEGAL	TX. EMISSÃO HABITE-SE	TAXA EIV SEDHAB	TAXA EXPEDIENTE	TAXA RETIFICAÇÃO	OUTROS	TOTAL
JAN	6.196,29	50.418,68	0,00	362,84	5165,9	75.547,67	3.105.349,07
FEV	36.250,48	45.779,25	0,00	232,40	1.683,37	75.547,67	1.878.940,91
MAR	43.514,36	68.106,37	5.112,31	415,95	1.096,40	475,58	3.881.916,46
ABR	8.387,55	49.690,67	0,00	168,84	838,51	9.414,25	2.038.171,68
MAI	36.546,04	61.934,34	719,86	667,63	1.155,62	165.618,51	3.886.759,79
JUN	40.001,42	64.407,65	0,00	654,60	4.777,43	165.543,72	3.328.548,49
JUL	23.369,14	56.516,61	34.312,70	526,08	177,64	165.865,73	5.842.497,10
AGO	45.244,37	63.939,73	0,00	485,41	2.345,94	166.488,45	2.307.527,68
SET	27.245,68	44.119,93	0,00	816,94	264,80	165.396,47	6.861.905,29
OUT	20.787,29	53.542,56	9.933,00	557,73	11622,36	173.233,02	3.607.797,32
NOV	32.547,78	54.054,38	0,00	367,74	1482,39	144.646,73	2.567.632,90
DEZ	22.469,71	46.446,47	0,00	457,97	1.168,07	88.642,26	3.293.978,75
TOTAL	342.560,11	658.956,64	50.077,87	5.714,13	31.778,43	1.396.420,06	42.601.025,44



QUANTO À APROVAÇÃO DOS PROJETOS DE URBANIZAÇÃO:

SOLICITAÇÃO DE PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANA	APROVADOS	EM EXIGÊNCIA	ÁREA URBANA QUALIFICADA (m ²)
Projeto de Sistema Viário - SIV = 41	8	33	616.457,8776
Projeto de Paisagismo - PSG =30	4	26	648.693,88971
Projeto de Locação de Mobiliário Urbano - MOB = 3	1	2	5.263,88
TOTAL = 74	13	61	1.270.415,6473

QUANTO À ANÁLISE, APROVAÇÃO E LICENCIAMENTOS DE INFRAESTRUTURAS URBANAS:

FASE DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PROCESSOS				
INFRAESTRUTURAS URBANAS	EM ANÁLISE E REANÁLISE	EM EXIGÊNCIA	CONCLUÍDOS E INDEFERIDOS	EM APROVAÇÃO/ APROVADOS
Energia Elétrica	-	2	-	1
Abastecimento de Água	2	5	-	
Esgotamento Sanitário	-	1	3	1
Drenagem Pluvial	-	-	1	-
Gás Natural Canalizado	-	-	-	-
Telecomunicações	424	1.306	88	12
Rádiodifusão Sonora	-	-	1	-
Outros Projetos	-	-	12	-
TOTAL	426	1314	105	14

ESTUDOS TERRITORIAIS -

Com relação à gestão do território, é responsabilidade da Seduh definir os Estudos Territoriais Urbanísticos (ETU) e as Diretrizes Urbanísticas Específicas (DIUPE) para novos parcelamentos urbanos e áreas de regularização, de acordo com a Lei Federal nº 6.766, de 19/12/1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, e do PDOT.

Cada ETU é um documento oficial emitido pela Secretaria que dispõe sobre o parcelamento do solo com fins disponíveis no Geoportal, na camada relativa às Diretrizes. No ano em questão foram emitidos 2 ETUs, 48 DIUPEs, 32 Diretrizes de Intervenção Viária (DIV), 18 Diretrizes de Requalificação Urbana (DIREQ), 22 Diretrizes de Paisagismo (DUPA), 3 Diretrizes de Elaboração de Plano de Ocupação (DIEPO) e 56 Diretrizes Urbanísticas Específicas (DIUPE). Os documentos podem ser consultados na íntegra no site da Seduh, na aba Gestão do Território.

Os documentos encontram-se no site da SEDUH, conforme link: <https://www.seduh.df.gov.br/diupe>.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA:

Ressaltamos que a Regularização Fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

- **11 ASSENTAMENTOS REGULARIZADOS.**
- **Total de 2.027.212,55 m² de área regularizada**
- **População estimada beneficiada = 9.436,00**

PARCELAMENTO DO SOLO:

Quanto ao Parcelamento do Solo, que divide glebas em lotes, destinados a edificação, podendo ser realizado na forma de loteamento e desmembramento, sempre mediante aprovação do órgão gestor do planejamento urbano do DF.

NOVOS PARCELAMENTO:

- **23 PROJETOS APROVADOS.**
- **Total de 250,7992 hectares de área parcelada.**
- **População estimada beneficiada = 14.619.**

PARCELAMENTO DO SOLO - URB, URB Reparcelamento, URB Retificação e Ajustes e URB Desdobro e URB Rememramento:

- **14 PROJETOS APROVADOS.**
- **Total de 940.333,95 hectares de área parcelada.**
- **8 Regiões Administrativas contempladas.**

PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA SEDUH

- W3 Norte



Figura 1 - W3 Norte



Figura 2 - W3 Norte

- Cruzeiro Center



Figura 3 - Cruzeiro Center



Figura 4 - Cruzeiro Center

- Praça do Relógio em Taguatinga



Figura 5 - Praça do Relógio em Taguatinga



Figura 6 - Praça do Relógio

REALIZAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS POR PROGRAMA

Programa 6208- Território, Cidades e Comunidades Sustentáveis

Foi liquidado o valor de R\$ 1.060.324,10 referente ao pagamento de Jeton aos membros do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN. O CONPLAN é o órgão colegiado do Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – Sisplan, com função consultiva e deliberativa de promover o controle social e participação democrática no planejamento territorial e urbano.

Programa 6217 - Segurança para Todos

Foi liquidado o valor de R\$ 183.609,59 referente ao pagamento de reeducandos que exercem atividades nas áreas de reprografia, auxiliar administrativo, suporte na área de transporte e patrimonial, auxiliar de eletricitista, manutenção hidráulica e copeiragem.

Programa 1 - Para Operação Especial

Foi liquidado o valor de R\$ 3.848.878,21 referente ao pagamento Licenças - Prêmio convertidas em pecúnia, indenizações de pessoal e ressarcimentos.

Programa 8208 – Desenvolvimento Urbano -Gestão e Manutenção

Foi liquidado o valor de R\$ 67.586.650,99 referente à administração de pessoal, R\$ 3.477.172,72 concessão de benefícios a servidores, R\$ 4.312.008,54 a manutenção de serviços administrativos gerais, R\$ 2.019.382,0 a gestão da informação e dos sistemas de tecnologia da informação.

Informações sobre licitação e contratos:

Durante o período, foram analisados 7 processos, sendo 1 dispensa de licitação e 6 pregões eletrônicos.

ANÁLISE DAS REALIZAÇÕES, DIFICULDADES ENCONTRADAS E PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

O ano de 2023 iniciou com o desafio da troca da atual gestão da pasta, em que o vigente Secretário foi convidado pelo Governador para dar continuidade às atividades que a Secretaria vinha realizando desde o início de 2019, bem como avançar em temas considerados prioritários.

Dentre eles, importante destacar a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), a atualização das legislações com vistas ao aumento da oferta de moradia para a população de baixa renda, com destaque para a sanção da Lei de Parcelamento do Solo e da revisão da Lei 3.877, que dispõe sobre a política habitacional do Distrito Federal.

Houve significativo avanço na revisão do PDOT, com a ampla participação da população nos debates das necessidades para o território. Foram realizadas oficinas participativas em todas as Regiões Administrativas – RAs e por segmentos da sociedade durante todo o ano de 2023.

Verificou-se a participação da população por meio de contribuições via formulário virtual e reuniões livres organizadas pela comunidade, cumprindo a missão maior de participar a sociedade do processo de revisão do planejamento territorial, o que rendeu elogios de representantes da sociedade civil organizada como, por exemplo, da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Brasília e do movimento Andar a Pé, dentre outros.

Desta forma, entende-se que houve êxito nos trabalhos realizados, visto que os objetivos traçados para a revisão do PDOT foram atingidos e no ano de 2024 o processo poderá seguir de forma transparente e segura junto ao Comitê de Gestão Participativa do PDOT, partindo para a consolidação de todas as contribuições recebidas e conclusão de texto final a ser encaminhado para deliberação da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Destaca-se ainda a importância da evolução nos trabalhos da elaboração do PPCUB, que passou por discussões, por meio de audiências públicas, tendo, pela primeira vez da história do DF, uma discussão conjunta da população com os órgãos envolvidos: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Instituto do Patrimônio e Artístico do Distrito Federal (IPHAN DF), Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC); Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal (SEGOV) e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), culminando na redação final do texto de lei.

O Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do DF (Conplan) aprovou o PPCUB, por unanimidade, encerrando debate de mais de uma década, trazendo organização às normas urbanísticas na área tombada, atualizando usos e atividades para garantir a preservação, sem engessar o desenvolvimento de Brasília, além de assegurar maior segurança jurídica a quem mora e empreende na cidade, atendendo à expectativa de encaminhamento do projeto de lei complementar no início da sessão legislativa de 2024.

Outro marco histórico para o DF foi a sanção da Lei do Parcelamento do Solo. Registra-se que a legislação é a primeira adequada à realidade do Distrito Federal, possibilitando mais rapidez na aprovação de novas áreas que já nascem planejadas e com possibilidade de atrair o setor privado para a construção de habitação social. A aprovação da lei foi fruto de uma ampla negociação com setores da sociedade civil, movimentos habitacionais, setor privado e exigiu um grande apoio da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

Juntamente com a Lei de Parcelamento foi criada a Central Integrada de Licenciamento Arquitetônico e Urbanístico do Distrito Federal, a qual é composta por representantes dos principais órgãos e entidades do DF, no intuito de agilizar os processos de licenciamento, proporcionando aos interessados um único local para dirimirem suas dúvidas e realizarem a interlocução direta com todos os agentes envolvidos nos processos de licenciamento urbanístico e edifício.

Seguindo as metas de governo, foram realizados esforços no sentido de impulsionar ações de interesse social aos mais necessitados, por isso, é importante ressaltar as mudanças propostas com a revisão da política habitacional do DF que passou a ter como foco principal a população com renda familiar até três salários mínimos. Critérios foram ajustados, permitindo às pessoas que moram no entorno mas trabalham no DF, há pelo menos cinco anos, participar dos programas habitacionais.

No pacote de medidas para impulsionamento da oferta de habitação de interesse social, foi criado o Alvará de 15 dias para empreendimentos destinados à população de baixa renda, possibilitando agilizar os processos de construções desses empreendimentos, cujo regulamento se pretende publicar no primeiro trimestre de 2024.

Por fim, merecem destaque ainda os projetos de requalificação, tendo sido vários elaborados, dentre os quais se destacam o de requalificação da W3 Norte, da Praça do Relógio em Taguatinga e do Cruzeiro Center, permitindo o início do processo de transformação, trazendo mais conforto aos moradores e comerciantes das regiões.

Entende-se que os maiores desafios encontrados no ano de 2023 foram o cumprimento do cronograma e a logística para a realização das reuniões do PDOT com a comunidade e a adequação da linguagem técnica nos diálogos, visando o melhor entendimento pela comunidade e pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O maior problema enfrentado no exercício de 2023 foi a restrição orçamentária, pois atualmente, a Secretaria trabalha com um quadro de servidores bastante enxuto perante à demanda existente, tornando-se desafiadora a missão de elaborar e acompanhar projetos de planejamento urbano sem deixar cair o nível de atendimento à população nos processos do dia a dia, sobretudo relacionados ao licenciamento.

Quanto ao planejamento para o ano de 2024 cumpre informar que a Seduh revisou o Planejamento Estratégico Institucional em 2023, tendo como principais desafios a serem enfrentados a continuidade dos trabalhos de revisão do PDOT, dos Planos de Intervenções Urbanas para as Regiões Administrativas, inovação na prestação de serviços por meio de tecnologia e revisão de procedimentos, aprovação do PPCUB na CLDF, regulamentação dos instrumentos previstos no Plano Distrital de Habitação de Interesse Social- Plandhis e criação de novos instrumentos urbanísticos previstos no PDOT.

Por fim, estima-se bons resultados para o ano de 2024 , visto que a Secretaria se encontra bem estruturada para condução dos trabalhos, embora esteja com um corpo técnico ainda pequeno em vista da necessidade, no entanto este apresenta muito conhecimento e disposição.

Entende-se ainda que a Secretaria tem proximidade com as entidades e representantes da população às quais debatem o tema de sua competência, e também uma boa relação com os parlamentares e outros órgãos aos quais há necessidade de interação, razão pela qual a expectativa é de manutenção no desempenho com evolução significativa em todos os temas.

CONTATO:

e-mail: agepro@seduh.df.gov.br

Telefone: +55 61 3214-4141

